



UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA

Faculdade de Direito

Av. João Naves de Ávila, 2121 - Bloco 3D - Bairro Santa Mônica, Uberlândia-MG, CEP 38400-902

Telefone: 3239-4226 - www.fadir.ufu.br



PLANO DE ENSINO

1. IDENTIFICAÇÃO

Componente Curricular:	ATIVIDADES CURRICULARES DE EXTENSÃO: DIREITO COLETIVO DO TRABALHO									
Unidade Ofertante:	Faculdade de Direito									
Código:	FADIR 31902		Período/Série:		9º		Turma:		A e J	
Carga Horária:					Natureza:					
Teórica:	0	Prática:	30	Total:	30	Obrigatória:	0	Optativa:	4	
Professor(A):	JEAN CARLOS BARCELOS MARTINS					Ano/Semestre:		2026-2		
Observações:	E-mail: jean.martins@ufu.br									

2. EMENTA

Introdução ao estudo do direito coletivo do trabalho. Características, conceito e natureza jurídica do direito coletivo do trabalho. Princípios de direito coletivo do trabalho. A Organização Internacional do Trabalho (OIT) e a liberdade sindical. Dimensões da liberdade sindical. Organização sindical brasileira. Sindicato: definição, natureza jurídica, distinção de outras entidades. Organização sindical: sistema confederativo. Representação e participação dos trabalhadores na empresa. Negociação coletiva: funções, níveis, procedimentos. Convenções e acordos coletivos de trabalho. Conflitos coletivos de trabalho. Greve: conceito, natureza jurídica, distinção de outras figuras. Elaboração de materiais informacionais. Visitas externas

3. JUSTIFICATIVA

Habilitar o aluno para a atuação profissional no âmbito do Direito Coletivo do Trabalho em segmentos abrangidos pela área especializada

4. OBJETIVO

Objetivo Geral:
Introduzir os principais conceitos e institutos jurídicos relacionados ao Direito Coletivo do Trabalho, tornando o aluno apto ao exercício profissional na área trabalhista
Objetivos Específicos:

Promover o estudo do Direito Coletivo do Trabalho, enquanto reflexão científica multidisciplinar, suscitando uma percepção crítica acerca da sociedade com o escopo de conferir aos alunos conhecimentos específicos acerca das relações coletivas de trabalho e o papel dos sindicatos no século XXI

5. PROGRAMA

UNIDADE 1: PROPEDEÚTICA DO DIREITO COLETIVO DO TRABALHO

1.1 Direito Coletivo do Trabalho: conceito, características

1.2 Princípios específicos do Direito Coletivo do Trabalho

UNIDADE 2: A ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO (OIT) E A LIBERDADE SINDICAL

2.1 A OIT e as garantias da liberdade associativa e sindical

2.2 Principais Convenções: a) Convenção nº 87: Liberdade sindical e proteção ao direito de sindicalização (não ratificada pelo Brasil); b) Convenção nº 98: Direito de sindicalização e de negociação coletiva; c) Convenção nº 135: Proteção de representantes de trabalhadores e d) Convenção nº 151: Relações de trabalho na administração pública (novo PL 1893/2026: representação sindical dos servidores e empregados públicos)

UNIDADE 3: ORGANIZAÇÃO SINDICAL BRASILEIRA

3.1 O sindicato na Constituição Federal de 1988: unicidade sindical, liberdade de filiação e sindical. Comparação entre o modelo proposto pela OIT e o modelo brasileiro

3.2 Sindicatos: divisão/órgãos. Fontes de custeio sindical. Garantias do dirigente sindical.

3.3 Federação e confederação

UNIDADE 4: NEGOCIAÇÃO COLETIVA - CONVENÇÃO E ACORDO COLETIVO DE TRABALHO

4.1 Conceito, natureza jurídica, distinções entre convenções e acordos coletivos de trabalho

4.2 Prorrogação, revisão, denúncia ou revogação de normas coletivas. Autonomia privada coletiva

4.3 Limites da flexibilização trabalhista por instrumento coletivo

UNIDADE 5: REPRESENTAÇÃO DOS TRABALHADORES NA EMPRESA

5.1 Comissão de Empresa: definição, natureza jurídica, estrutura, funções

5.2 Garantias ao representante dos trabalhadores

5.3 Coexistência entre entidades sindicais e formas não sindicais de representação dos trabalhadores

UNIDADE 6: CONFLITOS COLETIVOS DE TRABALHO (HETEROCOMPOSIÇÃO)

6.1 Terminologia, conceito etc.

6.2 Dissídio Coletivo (ação): conceito, competência, limites, procedimento, sentença normativa, coisa julgada e ação de cumprimento

6.3 Ação Anulatória de Cláusulas Normativas/Convencionais proposta pelo MPT: conceito, natureza jurídica, objeto e hipóteses de cabimento, competência e procedimento

6.4 Mandado de Segurança Coletivo impetrado pelo sindicato

UNIDADE 7: A REFORMA TRABALHISTA (LEI Nº 13.467/2017) E OS LIMITES DA PREVALÊNCIA DO NEGOCIADO SOBRE O LEGISLADO

7.1 Objetivos gerais da reforma trabalhista e os impactos no direito coletivo do trabalho. Desafios e perspectivas

7.2 Arts. 8º, 611-A e 611-B da CLT e os limites do negociado sobre o legislado

7.3 Interpretação e aplicação da Lei nº 13.467/2017 na seara coletiva - Enunciados da 2º Jornada de Direito Material e Processual do Trabalho da Associação dos Magistrados Trabalhistas (ANAMATRA)

UNIDADE 8: A GREVE COMO DIREITO SOCIAL FUNDAMENTAL DO TRABALHADOR

8.1 Greve: aspectos históricos, conceito, natureza jurídica, direito fundamental

8.2 A Lei nº 7.783/1989 e as limitações impostas ao direito de greve.

8.3 Greve no serviço público. Greve ambiental

6. METODOLOGIA

Consistirá em aulas expositivas e dialogadas, abordando o programa da disciplina, havendo seminários em grupo; análise crítica de textos e casos práticos, sendo utilizada, em algumas aulas, a metodologia de sala de aula invertida (*Flipped Classroom*). O conteúdo programático será associado às atividades de extensão - elaboração de cartilhas, visitas técnicas etc. - no âmbito da denominada *curricularização da extensão universitária*. A comunicação com a professora será feita, *preferencialmente*, nos horários das aulas porque a dúvida de um aluno poderá ser também a de outros, assim, a explicação será feita para a turma toda. A postagem de materiais complementares, prova final e dúvidas serão realizadas pela plataforma *Microsoft Teams* nas seguintes Equipes:

7. AVALIAÇÃO

A avaliação dos alunos será realizada de forma continuada, considerando a participação nas atividades da disciplina, inclusive de extensão (elaboração de cartilhas, visitas técnicas, estudo de casos etc.), e aprendizado e desenvolvimento dos conteúdos com base na bibliografia indicada. A professora poderá alterar os modos de avaliação, o que será previamente informado aos alunos, de acordo com a conveniência e a necessidade de adaptação do conteúdo da disciplina ao projeto pedagógico da instituição de ensino e a alterações ocorridas no calendário

acadêmico. A nota final do aluno será apurada conforme as atividades a seguir discriminadas:

7.1 Estudo dirigido em sala de aula realizado em grupo (10 pontos): 08/10

- **Texto:** BATISTA, Flávio Roberto. A proteção contra atos antissindicais à luz da liberdade sindical: introdução a uma contextualização político-jurídica. Revista da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo. v. 109, jan./dez. 2014, p. 441-458. Disponível em: https://revistas.usp.br/rfdusp/pt_BR/article/view/89241 e <https://www.revistas.usp.br/rfdusp/article/download/89241/96073/167412>

7.2 Trabalho Resumo Crítico

Um trabalho (digitalizado) referente a um dos temas descritos abaixo, devendo ser realizado com base nas normas atualizadas da ABNT, contendo introdução, desenvolvimento (conceitos; natureza jurídica; fundamentação jurídica etc.), conclusão, entrega para o dia **12/11 (10 pontos)**.

GRUPO 1 - ORGANIZAÇÃO SINDICAL BRASILEIRA. O sindicato na Constituição Federal de 1988: unicidade sindical, liberdade de filiação e sindical. Comparação entre o modelo proposto pela OIT e o modelo brasileiro. Sindicatos: divisão/órgãos. Fontes de custeio sindical. Garantias do dirigente sindical. Federação e confederação. Análise de caso prático (acórdão TST ou TRT 3)

GRUPO 2 - NEGOCIAÇÃO COLETIVA - CONVENÇÃO E ACORDO COLETIVO DE TRABALHO . Conceito, natureza jurídica, distinções entre convenções e acordos coletivos de trabalho. Prorrogação, revisão, denúncia ou revogação de normas coletivas. Autonomia privada coletiva. Limites da flexibilização trabalhista por instrumento coletivo. Análise de caso prático (acórdão TST ou TRT 3)

GRUPO 3 - REPRESENTAÇÃO DOS TRABALHADORES NA EMPRESA . Comissão de Empresa: definição, natureza jurídica, estrutura, funções. Garantias ao representante dos trabalhadores. Coexistência entre entidades sindicais e formas não sindicais de representação dos trabalhadores. Análise de caso prático (acórdão TST ou TRT 3)

GRUPO 4 - CONFLITOS COLETIVOS DE TRABALHO (HETEROCOMPOSIÇÃO) Terminologia, conceito etc. Dissídio Coletivo (ação): conceito, competência, limites, procedimento, sentença normativa, coisa julgada e ação de cumprimento. Ação Anulatória de Cláusulas Normativas/Convencionais proposta pelo MPT: conceito, natureza jurídica, objeto e hipóteses de cabimento, competência e procedimento Mandado de Segurança Coletivo impetrado pelo sindicato. Análise de caso prático (acórdão TST ou TRT 3)

GRUPO 5 - A REFORMA TRABALHISTA (LEI Nº 13.467/2017) E OS LIMITES DA PREVALÊNCIA DO NEGOCIADO SOBRE O LEGISLADO. Objetivos gerais da reforma trabalhista e os impactos no direito coletivo do trabalho. Desafios e perspectivas. Arts. 8º, 611-A e 611-B da CLT e os limites do negociado sobre o legislado. Interpretação e aplicação da Lei nº 13.467/2017 na seara coletiva - Enunciados da 2ª Jornada de Direito Material e Processual do Trabalho da ANAMATRA. Análise de caso prático (acórdão TST ou TRT 3)

GRUPO 6 - A GREVE COMO DIREITO SOCIAL FUNDAMENTAL DO TRABALHADOR. Greve: aspectos históricos, conceito, natureza jurídica, direito fundamental. A Lei nº 7.783/1989 e as limitações impostas ao direito de greve. Greve no serviço público. Greve ambiental Análise de caso prático (acórdão TST ou TRT 3)

7.1. Atividade de Extensão

Promoção de palestras e eventos e prestação de serviços à comunidade **(20 pontos)**.
Data a definir para início do mês de Dezembro.

7.3 Avaliação de Contéudo (60 pontos) - 10/12

7.4 Avaliação de Recuperação de Aprendizagem: 17/12 sobre todo o conteúdo da disciplina. De acordo com os arts. 1º e 3º da Resolução COLCODIR nº 5, de 11 de agosto de 2022 (<https://fadir.ufu.br/system/files/conteudo/recuperacao.pdf>), está prevista a realização de *Avaliação de Recuperação de Aprendizagem* apenas ao estudante que não obteve o rendimento mínimo para aprovação e tenha frequência mínima de 75% (setenta e cinco por cento) no componente curricular.

8. BIBLIOGRAFIA

Básica

CARNEIRO, Ricardo; REBOUÇAS, Gabriela. A relação entre factidade e validade da norma coletiva em um contexto de crise gerado pela Reforma Trabalhista no Brasil. **Revista Jurídica Trabalho e Desenvolvimento Humano**, 8, 2025. Disponível em: <https://rjtdh-prt15.mpt.mp.br/Revista-TDH/article/view/225> Acesso em: 27 abr. 2026.

CASSAR, Vólia Bomfim. **CLT Organizada - Consolidação das Leis do Trabalho**. São Paulo: GEN Jurídico.

CASTILHO, José Luciano de. A reforma do poder judiciário: o dissídio coletivo e o direito de greve. **Revista do TST**. Brasília, v. 71, n. 1, jan./abr. 2005, p. 31-40. Disponível em: <https://juslaboris.tst.jus.br/handle/20.500.12178/3716> Acesso em: 27 abr. 2026.

CORREA, Henrique. **Curso de direito do trabalho**. Salvador/BA: Jus Podivm.

DELGADO, Maurício Godinho. **Curso de direito do trabalho**. São Paulo: Jus Podivm.

LIMA, Renata Santana; BORGES, Caio Afonso. Os sindicatos na jurisprudência do Supremo Tribunal Federal: uma década de desvalorização do papel dos sujeitos coletivos na constituição do espaço público. **Revista Jurídica Trabalho e Desenvolvimento Humano**, 7. 2024. Disponível em: <https://rjtdh-prt15.mpt.mp.br/Revista-TDH/article/view/168> Acesso em: 27 abr. 2026.

MALLET, Estevão. **Dogmática elementar do direito de greve**. São Paulo: LTr.

MARTINS, Juliane Caravieri; SCODRO, Catharina Lopes; SOUZA, Felipe Melo de. O papel dos sindicatos e o(des)amparo aos direitos laborais dos entregadores de aplicativo frente à pandemia de Covid-19. **Revista Jurídica Trabalho e Desenvolvimento Humano**. v. 3, 2020, p. 1-27. Disponível em: <https://rjtdh-prt15.mpt.mp.br/Revista-TDH/article/view/79> Acesso em: 27 abr. 2026.

MASSONI, Túlio; COLUMBU, Francesca (org.). **Sindicatos e autonomia privada coletiva: perspectivas contemporâneas**. Almedina Brasil, 2018.

SANTOS, Ronaldo Lima dos. **Sindicatos e ações coletivas: acesso à justiça, jurisdição coletiva e tutela dos interesses difusos, coletivos e individuais homogêneos**. 7. ed. São Paulo: Lacier, 2025.

Complementar

ANAMATRA. **Enunciados na 2ª jornada de direito material e processual do trabalho**. Disponível em: <https://www.anamatra.org.br/imprensa/noticias/26227->

[enunciados-aprovados-na-2-jornada-de-direito-material-e-processual-do-trabalho-sao-organizados-por-tema](#) . Acesso em: 27 abr. 2026.

CASTILHO, José Luciano de. A reforma do poder judiciário: o dissídio coletivo e o direito de greve. **Revista do TST**. Brasília, v. 71, n. 1, jan./abr. 2005, p. 31-40.

DELGADO, Gabriela Neves; CARVALHO, Bruna V. de. Breque dos Apps: direito de resistência na era digital. Disponível em: <https://diplomatie.org.br/breque-apps-direito-de-resistencia-na-era-digital> Acesso em: 27 abr. 2026.

GAMBA, Juliane Caravieri Martins; BARBOSA, Magno Luiz; MONTAL, Zélia Maria Cardoso (org.). **Reforma trabalhista em debate: direito individual, coletivo e processual do trabalho**. São Paulo: LTr, 2017.

LEITE, Carlos Henrique Bezerra Leite. **Curso de direito trabalho**. São Paulo: LTr.

MARTINS, Juliane Caravieri. A greve ambiental em defesa do direito à vida e à saúde dos trabalhadores: apontamentos em face da reforma trabalhista. **Anais do IV Seminário Internacional de Pesquisa (Re)pensando o Trabalho Contemporâneo: o Futuro do Trabalho**. Franca: UNESP, 2019. v. 3. p. 755-770.

PEREIRA, Sullivan; FALAVINA, Renata. O legado da reforma trabalhista brasileira de 2017. **Revista Jurídica Trabalho e Desenvolvimento Humano**, 6, 2023. Disponível em: <https://rjtdh-prt15.mpt.mp.br/Revista-TDH/article/view/157> Acesso em: 27 abr. 2026.

PRADO, Roberto Barreto. **Curso de direito coletivo do trabalho**. 2. ed. rev. e atual. São Paulo: LTr, 1991.

REVISTA ELETRÔNICA DO TRT-PR. **Direito de Greve**. Curitiba: TRT-9ª Região, v.11, n. 108, Abril, 2022 - 185p. Disponível em: <https://www.trt9.jus.br/portal/pagina.xhtml?secao=84&pagina=Ed.108/2022> Acesso em: 27 abr. 2026.

SANTOS, Enoque Ribeiro dos. **O microsistema de tutela coletiva: parcerização trabalhista**. São Paulo: LTr, 2012.

TRTPR. **Revista Eletrônica do Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região** (vários números). Disponível em: <https://ead.trt9.jus.br/moodle/course/view.php?id=122>.

9. APROVAÇÃO

Aprovado em reunião do Colegiado realizada em: ____/____/____

Coordenação do Curso de Graduação: _____



Documento assinado eletronicamente por **Jean Carlos Barcelos Martins, Professor(a) do Magistério Superior**, em 29/09/2026, às 09:04, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://www.sei.ufu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **7773271** e o código CRC **6139F1E1**.

Referência: Processo nº 23117.058749/2026-81

SEI nº 7773271